A INFLUÊNCIA DE ÁREAS VERDES URBANAS E O MOVIMENTO ATIVO NA QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

THE INFLUENCE OF URBAN GREEN AREAS AND ACTIVE MOBILITY ON QUALITY OF LIFE: AN INTEGRATIVE REVIEW

Paulo Henrique Barros Macedo1; Gabrielly Cristiny Martins Maia2; Márcio Trevisan3.

1Engenheiro Eletricista | paulo.macedo@uft.edu.btl | UFT | Palmas, Brasil; 2Especialista em Educação | gabrielly.cristiny@uft.edu.br | UFT | Palmas, Brasil; 3Doutor em Ciências do Ambiente | marciotrevi@uft.edu.brl | UFT | Palmas, Brasil.

Resumo:
O processo acelerado de urbanização no Brasil tem agravado problemas ambientais e sociais, especialmente nas cidades médias e pequenas, onde há carência de infraestrutura adequada para deslocamentos sustentáveis. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, o papel das áreas verdes e do paisagismo urbano na promoção da mobilidade ativa nas cidades brasileiras. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, e utilizou bases científicas como Capes Periódicos (Plataforma CaFe) e Scielo para selecionar estudos publicados entre 2020 e 2024. A análise temática dos dez artigos elegíveis revelou que a presença e qualidade das áreas verdes, aliadas a calçadas acessíveis e ciclovias bem planejadas, favorecem o caminhar e o uso da bicicleta, contribuindo para a saúde, bem-estar e sustentabilidade urbana. Também foram identificadas desigualdades de acesso territorial, de gênero e renda, que afetam a efetividade dessas infraestruturas. Conclui-se que a articulação entre infraestrutura verde e mobilidade ativa é estratégica para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 11 e 13), sendo necessário fortalecer políticas públicas integradas, baseadas em evidências, que considerem a justiça socioespacial e a participação cidadã no planejamento urbano.

Palavras-chave:
Urbanização; Sustentabilidade Urbana; Caminhabilidade; Bem-estar; Sustentabilidade.

Abstract:
The accelerated urbanization process in Brazil has worsened environmental and social problems, especially in medium and small cities, where there is a lack of adequate infrastructure for sustainable mobility. In this context, this study aims to analyze, through a integrative literature review, the role of green areas and urban landscaping in promoting active mobility in Brazilian cities. The research adopts a qualitative approach, with an exploratory and descriptive character, and used scientific databases such as Capes Journals (CaFe Platform) and SciELO to select studies published between 2020 and 2024. Thematic analysis of the ten eligible articles revealed that the presence and quality of green areas, along with accessible sidewalks and well-designed bike lanes, encourage walking and cycling, contributing to health, well-being, and urban sustainability. The study also identified territorial, gender, and income inequalities that affect the effectiveness of these infrastructures. It concludes that the integration of green infrastructure and active mobility is strategic for achieving the Sustainable Development Goals (SDGs 3, 11, and 13), highlighting the need to strengthen integrated public policies, based on evidence, that consider socio-spatial justice and citizen participation in urban planning.

Keywords:
Urbanization; Urban Sustainability; Walkability; Well-being; Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil tem ocorrido de maneira acelerada e, muitas vezes, desordenada, resultando em impactos significativos na qualidade ambiental e na saúde da população urbana. A priorização histórica de modais motorizados, em detrimento de formas sustentáveis de deslocamento, têm contribuído para o aumento da poluição, do sedentarismo e da fragmentação socioespacial nas cidades brasileiras (Ferreira; Santos, 2020). Nesse cenário, a mobilidade ativa — entendida como os deslocamentos a pé ou por bicicleta — desponta como uma alternativa estratégica para mitigar esses problemas, ao promover estilos de vida mais saudáveis e reduzir os impactos ambientais do transporte (Monteiro et al., 2019). Tais iniciativas estão alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

As áreas verdes urbanas e os elementos de paisagismo têm papel central na construção de cidades mais sustentáveis e habitáveis. Sua presença pode não apenas melhorar o conforto térmico e a estética dos espaços urbanos, mas também influenciar diretamente o comportamento dos indivíduos em relação ao uso do espaço público, incentivando o deslocamento ativo (Meyer; Leite, 2017). Estudos demonstram que ambientes arborizados, sombreados e conectados por calçadas acessíveis e ciclovias bem planejadas aumentam significativamente a atratividade e a frequência do caminhar e pedalar (Leite; Awad, 2012). Essa relação direta entre infraestrutura verde e promoção da mobilidade ativa contribui para o cumprimento do ODS 13, ao buscar medidas concretas de enfrentamento às mudanças climáticas e seus impactos nos centros urbanos.

No entanto, o acesso a essas infraestruturas ainda é desigual no território brasileiro. Regiões periféricas e cidades de pequeno e médio porte, muitas vezes, apresentam carência de áreas verdes públicas, infraestrutura adequada para pedestres e ciclistas, e baixos índices de caminhabilidade (IBGE, 2020). Além disso, políticas públicas como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) ainda enfrentam desafios na sua implementação local, especialmente no que diz respeito à integração entre planejamento urbano, infraestrutura verde e promoção da saúde. A superação dessas barreiras é fundamental para alcançar o ODS 11, que propõe tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

A produção científica relacionada a este tema, embora crescente, ainda carece de abordagens integradas que articulem mobilidade ativa, paisagismo urbano e qualidade ambiental. Parte significativa dos estudos foca isoladamente em um desses eixos, dificultando a construção de políticas públicas transversais. Considerando os ODS, especialmente os 3, 11 e 13, torna-se urgente fortalecer o debate acadêmico sobre os mecanismos que promovem cidades mais verdes, caminháveis e saudáveis.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica integrativa sobre o papel das áreas verdes e do paisagismo urbano na promoção da mobilidade ativa nas cidades brasileiras. Busca-se identificar os principais enfoques teóricos e empíricos da literatura nacional, além de destacar lacunas e oportunidades para o aprimoramento de práticas urbanas mais sustentáveis e equitativas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. ÁREAS VERDES

As áreas verdes urbanas constituem componentes fundamentais do tecido urbano, desempenhando um papel essencial na promoção da qualidade de vida das populações. Diversos estudos destacam que esses espaços oferecem benefícios sociais, ambientais e de promoção de saúde, sendo associados à melhoria do bem-estar físico, mental e social dos cidadãos (Londe; Mendes, 2016; Campos et al., 2021). Esses espaços, quando adequadamente planejados e dotados de infraestrutura, possibilitam o lazer, o convívio social e a redução do estresse urbano, fortalecendo

vínculos comunitários e promovendo a saúde pública. Além disso, a vegetação contribui para o equilíbrio térmico, a purificação do ar e a mitigação de ruídos, promovendo ambientes urbanos mais saudáveis e acolhedores.

2.2. MOBILIDADE ATIVA

A mobilidade ativa refere-se a modos de deslocamento que utilizam o esforço humano como meio de transporte, como caminhar e pedalar. Esse tipo de mobilidade é reconhecido como um componente estratégico para a promoção de um estilo de vida saudável e sustentável, sendo especialmente relevante em contextos urbanos densamente ocupados. A literatura evidencia que a promoção da mobilidade ativa está diretamente relacionada à acessibilidade, segurança e conectividade dos espaços urbanos (Barreto; Porto, 2020; Gonçalves; Malfitano, 2021). Ao integrar esses aspectos ao planejamento urbano, é possível ampliar o acesso a serviços, estimular a atividade física e reduzir os impactos negativos dos transportes motorizados sobre o meio ambiente (Bezerra et al., 2022; Canali et al., 2021).

2.3. QUALIDADE DE VIDA URBANA

A qualidade de vida urbana é um conceito multidimensional que envolve aspectos sociais, ambientais, econômicos e de condição de saúde, sendo influenciado pelas condições estruturais e funcionais do espaço urbano. A relação entre áreas verdes e mobilidade ativa emerge como central na promoção de cidades mais equitativas e sustentáveis. Artigos científicos aponta que políticas públicas que incentivam a criação e manutenção de infraestrutura verde contribuem significativamente para esse objetivo, ao proporcionarem espaços esteticamente agradáveis, ambientalmente equilibrados e funcionalmente adequados à prática da mobilidade ativa (Marques, 2017; Paiva et al., 2021). Nesse sentido, a interconexão entre essas dimensões deve orientar estratégias integradas de planejamento urbano.

A promoção da qualidade de vida nas cidades brasileiras, portanto, requer a adoção de abordagens que articulem áreas verdes e mobilidade ativa como eixos estruturantes. A integração desses elementos resulta em benefícios mútuos: as áreas verdes incentivam o uso de modos de transporte ativos, enquanto a mobilidade ativa potencializa a apropriação dos espaços públicos. Políticas que operem nessa lógica integrada têm maior potencial de promover saúde, inclusão e sustentabilidade, aprimorando, assim, a qualidade de vida urbana de forma ampla e efetiva.

3. MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, adequada à investigação de aspectos da realidade que não são usualmente computados. Quanto à natureza, caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, cujo objetivo é gerar conhecimento com potencial de aplicação prática, voltado à solução de problemas específicos, conforme os pressupostos metodológicos de Minayo (2007). No que se refere aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva, buscando aprofundar a compreensão do fenômeno investigado e descrever características e relações presentes em contextos determinados (Gil, 2002).

A metodologia empregada fundamenta-se em uma revisão bibliográfica integrativa, cuja finalidade foi construir uma base teórica sólida e identificar lacunas, enfoques e tendências no campo investigado — especificamente, a relação entre áreas verdes, paisagismo urbano e mobilidade ativa em cidades brasileiras. Para assegurar amplitude e rigor na seleção das fontes, foram utilizadas bases de dados científicas como: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e bases acessadas via a Plataforma de Periódicos Capes (CaFe) como Scopus, PubMed.

A estratégia de busca foi orientada pelo uso de operadores booleanos (AND/OR), combinando os seguintes descritores: “mobilidade ativa”, “mobilidade não motorizada”, “paisagismo urbano”, “áreas verdes urbanas” e “qualidade de vida urbana”. A coleta foi realizada entre os meses de março e abril de 2025. Para garantir a relevância dos materiais, estabeleceram-se critérios claros de inclusão e exclusão. Foram incluídos: (i) artigos publicados entre os anos de 2020 e 2024, período posterior

à consolidação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), permitindo analisar seus desdobramentos mais recentes; (ii) publicações disponíveis em português ou inglês; (iii) estudos que abordassem ao menos dois dos três eixos temáticos centrais do estudo; e (iv) produções focadas no contexto urbano brasileiro. Foram excluídos artigos que não atendiam simultaneamente a esses critérios, bem como dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e outros tipos de produção não científica.

A triagem inicial foi conduzida com base na leitura dos títulos e resumos, priorizando-se os estudos com maior aderência temática aos objetivos da pesquisa. Os artigos selecionados passaram, então, por leitura integral, sendo posteriormente categorizados e analisados por meio da técnica de análise temática, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem permitiu identificar padrões recorrentes, lacunas teóricas, enfoques metodológicos distintos e contribuições relevantes à literatura sobre mobilidade ativa e paisagismo urbano em contextos brasileiros.

O resultado foi a construção de um panorama crítico da produção científica nacional sobre o tema, revelando tendências emergentes, desafios enfrentados e caminhos possíveis para o fortalecimento da mobilidade ativa em articulação com o paisagismo urbano e a presença de áreas verdes nas cidades brasileiras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da busca eletrônica nas plataformas selecionadas, foram identificadas 355 publicações, das quais 287 foram excluídas por estarem fora dos eixos temáticos, 56 foram excluídas após análise do título e resumos, duplicidade de estudos nas bases de dados e língua. Dos 12 artigos escolhidos, 2 foram excluídos após leitura na íntegra da publicação. Na última etapa do estudo, restaram 10 artigos elegíveis, os quais foram incluídos para esta revisão. Na Figura 1 é possível visualizar o fluxograma da busca e seleção dos artigos selecionados.

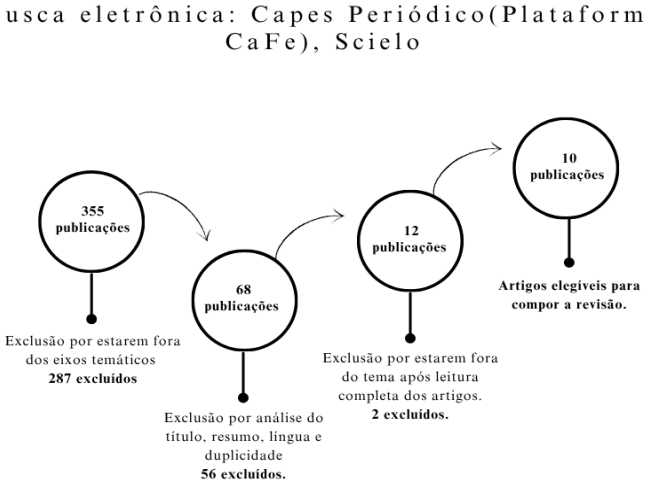

Figura 1: Fluxograma de elegibilidade e inclusão de artigos na seleção dos estudos.
Fonte: Autores (2025)

Os artigos científicos elegíveis, incluídos nesta revisão, estão descritos na Tabela 1, que mostra: autores e título do trabalho, o objetivo, descreve superficialmente os resultados e principais conclusões sobre o manuscrito.

Autores/título	Objetivo	Resultados	Conclusão
CAMPOS et al. Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas	Avaliar a qualidade de vida e bem-estar em áreas verdes urbanas usando o Ibeav em João Pessoa.	PSL apresentou Ibeav de 0,802 e Pzac 0,772, destacando dimensões de mobilidade, infraestrutura e serviços urbanos.	As áreas verdes influenciam positivamente a qualidade de vida, sendo essenciais políticas que aliem aspectos objetivos e subjetivos na avaliação do bem-estar.
STUCHI; PAULINO. Formas de ensinar a partir da abordagem sobre sustentabilidade e mobilidade urbana	Explorar práticas pedagógicas que promovam a sustentabilidade e mobilidade urbana em escolas de São Paulo.	Alunos identificaram problemas e potencialidades nos trajetos, fortalecendo a reflexão crítica e a cidadania ativa.	Práticas pedagógicas alinhadas ao TCA fortalecem a participação cidadã e a sensibilização ambiental nas escolas.
CALLIL; COSTANZO; SHIRAISHI. Bike-sharing e desigualdades: os casos de São Paulo e Rio de Janeiro	Analisar desigualdades de raça, gênero e renda no uso de sistemas de bike-sharing em São Paulo e Rio.	Bike-sharing é mais acessível a mulheres e negros, mas apresenta restrições para pessoas de baixa renda e residentes periféricos.	O sistema contribui para a inclusão parcial de grupos vulneráveis, mas carece de políticas de ampliação para reduzir desigualdades urbanas.
OLIVEIRA et al. The role of urban green areas in noise pollution attenuation	Avaliar como áreas verdes urbanas contribuem para a redução de ruídos em Curitiba.	As áreas verdes reduziram ruídos entre 1,7 a 14,8 dB, sendo a densidade arbórea diretamente relacionada à eficiência.	As áreas verdes são soluções baseadas na natureza que contribuem para o conforto acústico e qualidade de vida urbana.
MARCHIORO; PETRY. Possibilidade de natureza no meio urbano através do paisagismo	Discutir a importância das áreas verdes em Nova Araçá e avaliar sua distribuição.	Identificou-se baixo percentual de áreas verdes públicas, com percepções de carência de planejamento e infraestrutura.	É necessário replanejamento urbano com foco em áreas verdes para melhorar qualidade de vida em cidades pequenas.
FLORINDO et al. Inquérito sobre mobilidade ativa	Investigar ações efetivas para promoção da mobilidade ativa em São Paulo.	Identificou-se ações prioritárias como controle de velocidade e ampliação de infraestrutura cicloviária.	Simulações computacionais podem apoiar decisões políticas, fortalecendo a mobilidade ativa em cidades.
FARIA et al. Deslocamento não motorizado na área central de Paranaguá	Avaliar a potencialidade do deslocamento ativo em Paranaguá.	Constatou-se baixa qualidade de calçadas e arborização viária, com malha cicloviária limitada.	A cidade demanda melhorias para viabilizar a mobilidade ativa e reduzir impactos ambientais locais.
SILVA et al. O uso de jardins verticais em fachadas nos grandes centros urbanos	Compreender os impactos estéticos e climáticos dos jardins verticais em áreas urbanas.	Jardins verticais contribuem para conforto térmico e paisagismo, reduzindo temperaturas locais.	São estratégias sustentáveis que melhoram o microclima e a estética urbana em centros urbanos densos.
STUCHI; PAULINO. Sustentabilidade e mobilidade urbana	Analisar experiências de mobilidade sustentável e seu papel na transformação urbana.	Constatou-se potencial educativo e de conscientização ao integrar mobilidade ativa e sustentabilidade.	Integrar práticas pedagógicas e mobilidade ativa contribui para cidades mais sustentáveis e cidadãs.
CAMPOS et al. Avaliação do bem-estar em áreas verdes	Propor metodologia para avaliar bem-estar em parques urbanos.	O Ibeav aplicado indicou bons índices em áreas verdes de João Pessoa, correlacionando bem-estar com mobilidade e serviços urbanos.	As áreas verdes são fundamentais para a qualidade de vida, devendo ser integradas ao planejamento urbano sustentável.

Tabela 1: Artigos Científicos sobre Áreas Verdes, Conforto Ambiental e Mobilidade Ativa (2020–2024).
Fonte: Autores (2025)

A partir da análise dos artigos científicos selecionados, foi possível identificar elementos centrais que caracterizam a promoção da mobilidade ativa, o papel do paisagismo urbano e a valorização das áreas verdes como vetores de transformação socioespacial nas cidades brasileiras. Os estudos evidenciam que a caminhabilidade e o uso da bicicleta, enquanto modos não motorizados de deslocamento, são fortemente influenciados por fatores estruturais, de gestão pública e por aspectos socioeconômicos e perceptivos.

No que se refere à mobilidade ativa, os trabalhos de Florindo et al. (2024) e Leão et al. (2020) apontam a necessidade de ações como a redução da velocidade dos veículos motorizados, melhorias em calçadas e ciclovias, bem como o redesenho urbano com base em indicadores como densidade residencial e entropia de uso do solo. Essas medidas são consideradas eficazes e viáveis, sendo priorizadas por lideranças e especialistas do setor público e do terceiro setor. Tais constatações reforçam a importância de políticas públicas baseadas em evidências e planejamentos multissetoriais.

Além dos fatores estruturais, a literatura chama atenção para as desigualdades de acesso aos modos ativos de transporte. O estudo de Callil, Costanzo e Shiraishi (2024) evidencia barreiras enfrentadas por moradores de periferias urbanas e de baixa renda, destacando ainda a necessidade de um planejamento urbano que considere as desigualdades de gênero. Os autores observam que o modelo de cidade historicamente privilegiou as necessidades dos homens inseridos nas atividades produtivas, negligenciando a perspectiva feminina, frequentemente envolvida em deslocamentos reprodutivos e de cuidado.

Paralelamente, estudos como o de Carvalho (2019) ressaltam que o processo de urbanização tem gerado implicações ambientais e sociais significativas, tornando as áreas verdes elementos fundamentais para a promoção da qualidade de vida. A presença de vegetação ao longo das vias, conforme apontado por Pineda-Pinto et al. (2023), está positivamente associada ao aumento do deslocamento ativo, ao proporcionar sombra, redução de temperatura e sensação de segurança. Essa relação é complementada pelas evidências de Huang et al. (2022), que associam infraestrutura verde integrada ao sistema cicloviário com maiores níveis de atividade física, em especial entre ciclistas, devido à redução do estresse térmico e à maior tranquilidade nos trajetos.

É importante destacar, entretanto, que a influência das áreas verdes sobre o comportamento ativo não é homogênea. Como discutem Silva et al. (2020), fatores como manutenção, segurança e iluminação dos espaços verdes são determinantes para sua efetividade, logo, a simples presença dessas áreas não garante seu uso ativo, sendo necessário um olhar qualificado sobre sua qualidade e funcionalidade.

A educação ambiental também surge como um mecanismo relevante na construção de uma cultura urbana sustentável. Iniciativas como as descritas por Cruz e Paulino (2021) demonstram o potencial das práticas pedagógicas participativas – como os mapas de trajetos e vistorias cidadãs – para fomentar a reflexão crítica sobre os deslocamentos e o direito à cidade entre os estudantes da educação básica. Essas ações favorecem a formação de cidadãos mais conscientes e engajados nas transformações do espaço urbano.

No tocante ao bem-estar urbano, os resultados obtidos por Campos et al. (2021) com a aplicação do Índice de Bem-Estar em Áreas Verdes (Ibeav) nos parques de João Pessoa revelam que esses espaços contribuem para o conforto ambiental e emocional dos usuários. Todavia, pesquisas realizadas em cidades de menor porte, como Paranaguá (Faria et al., 2022) e Nova Araçá (Marchioro & Petry, 2022), destacam deficiências na distribuição e infraestrutura dessas áreas, o que compromete seu potencial como promotoras da mobilidade ativa.

A adoção de soluções baseadas na natureza também tem sido explorada como estratégia complementar. O uso de jardins verticais, analisado por Silva et al. (2021), evidencia benefícios climáticos e estéticos para o ambiente urbano. De forma correlata, Oliveira et al. (2022) demonstram empiricamente a eficácia das áreas verdes na atenuação da poluição sonora, com forte correlação entre densidade arbórea e redução de decibéis em áreas de tráfego intenso.

Além disso, conforme discutido por Stuchi e Paulino (2021), o deslocamento ativo, como o caminhar e o uso da bicicleta, aliado ao transporte público coletivo, constitui uma estratégia relevante para o enfrentamento de desafios ambientais contemporâneos, como as mudanças climáticas e a poluição do ar. A articulação entre modos sustentáveis de deslocamento deve, portanto, ser compreendida como parte de uma agenda ampla de sustentabilidade urbana.

A Tabela 2 sintetiza os estudos revisados, evidenciando diferenças nos métodos, recortes territoriais e temáticas abordadas. Predomina a concentração em cidades de pequeno e médio porte ou em centros urbanos de forma genérica, com escassa representação das regiões Norte e Centro-Oeste, o que limita a abrangência territorial das conclusões e o suporte a políticas públicas nacionais.

Autores / Ano	Local do Estudo	Tipo de Área Verde Avaliada	Tipo de Mobilidade Investigada	Metodologia	População Envolvida	Principais Achados
Faria et al. (2022)	Paranaguá (PR)	Arborização viária e calçadas	Deslocamento não motorizado	Geoprocessamento e avaliação de infraestrutura	População urbana de Paranaguá (indiretamente)	Baixa qualidade de calçadas e arborização; ciclovias restritas ao entorno do porto
Silva et al. (2021)	Grandes centros urbanos (Brasil)	Jardins verticais em fachadas	Não aplicável (foco em conforto ambiental)	Revisão narrativa de literatura	Não aplicável	Jardins verticais contribuem para conforto térmico e estética, sendo estratégias sustentáveis
Marchioro & Petry (2022)	Nova Araçá (RS)	Áreas verdes públicas e privadas	Indiretamente associada ao paisagismo	Inventário NDVI, imagens e questionários	Moradores e visitantes de Nova Araçá	Identificou distribuição desigual de áreas verdes e valorização social destes espaços
Campos et al. (2021)	João Pessoa (PB)	Parques urbanos (PSL e PZAC)	Uso e permanência em áreas verdes	Índice Ibeav (objetivo e subjetivo)	Frequentadores dos parques	Boas condições de bem-estar; áreas verdes importantes para qualidade de vida
Oliveira et al. (2022)	Curitiba (PR)	Parques urbanos com vegetação densa	Não aplicável (foco em ruído urbano)	Medição de ruído e análise de vegetação	Ambiente urbano	Áreas verdes reduzem ruído (1,7 a 14,8 dB); densidade arbórea correlacionada à redução
Callil et al. (2024)	São Paulo e Rio de Janeiro	Não aplicável	Uso de bicicletas (bike-sharing)	Análise de dados de uso de sistemas de compartilhamento	Usuários de sistemas de bike-sharing	Inclusão relativa de mulheres e negros, mas exclusão de pessoas de baixa renda
Florindo et al. (2024)	São Paulo (SP)	Não aplicável	Caminhada e uso de bicicleta	Inquérito e simulações computacionais	Lideranças comunitárias e gestores	Identificou ações viáveis para mobilidade ativa; destacou controle de velocidade e ciclovias
Stuchi & Paulino (2021)	São Paulo (SP)	Não aplicável	Caminhada em trajetos escolares	Pesquisa-ação e oficinas participativas	Alunos do ensino fundamental	Práticas pedagógicas fomentam cidadania ativa e reflexão sobre mobilidade sustentável
Meyer & Leite (2017)	Brasil (contexto geral)	Áreas verdes e arborização urbana	Indiretamente associada ao uso do espaço público	Análise teórica e estudos de caso	População urbana (geral)	Áreas verdes estimulam caminhabilidade e uso do espaço público, melhorando conforto térmico
Monteiro et al. (2019)	Brasil (contexto geral)	Não aplicável	Mobilidade ativa (bicicleta e caminhada)	Revisão de literatura	População urbana (geral)	Mobilidade ativa reduz sedentarismo, poluição e contribui para coesão social

Tabela 2 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão
Fonte: Autores.

Metodologicamente, observa-se o predomínio de abordagens qualitativas e descritivas, com pouco uso de métodos mistos ou métricas comparáveis. A maioria dos estudos baseia-se em percepções subjetivas ou análises físicas do espaço urbano, dificultando a replicabilidade. Um exemplo promissor é o Ibeav, de Campos et al. (2021), que integra indicadores objetivos e subjetivos.

A participação da população nas pesquisas é limitada. Embora alguns estudos incluam usuários de parques, a maioria restringe-se à observação da infraestrutura, desconsiderando as dinâmicas socioculturais que influenciam o uso do espaço urbano. Além disso, trabalhos como os de Oliveira

et al. (2022) e Silva et al. (2021) apontam para a importância das áreas verdes em funções ambientais, mas carecem de diálogo com dados de saúde ou mobilidade.

Assim, apesar dos avanços, persistem lacunas significativas: escassez de estudos longitudinais, análises interseccionais e avaliações de políticas implementadas. É necessário ampliar o rigor metodológico e propor instrumentos avaliativos replicáveis, que orientem decisões públicas baseadas em evidências. Mais do que relatar o que já se conhece, a ciência deve ousar identificar o que ainda falta compreender, portanto, este estudo reforça a necessidade de abordagens críticas e integradas sobre mobilidade ativa e paisagismo urbano.

5. CONCLUSÕES

A análise dos artigos revelou que a integração entre mobilidade ativa e infraestrutura verde desempenha papel central na promoção da saúde, da sustentabilidade e da inclusão urbana. A presença de áreas verdes, especialmente quando bem distribuídas e qualificadas, está associada ao aumento de deslocamentos não motorizados e à melhoria do bem-estar urbano. No entanto, a efetividade dessas infraestruturas depende de condições como manutenção, segurança e acessibilidade, além de serem influenciadas por desigualdades de gênero, renda e território. Também se destacam experiências pedagógicas e soluções baseadas na natureza, como estratégias relevantes para o fortalecimento da consciência cidadã e para a qualificação do ambiente urbano.

Portanto, a partir dos achados desta revisão, conclui-se que integrar áreas verdes e paisagismo urbano ao planejamento da mobilidade ativa representa um caminho promissor para qualificar os espaços urbanos e promover deslocamentos mais sustentáveis e inclusivos. Os dados reunidos fornecem subsídios relevantes para gestores públicos, planejadores urbanos e pesquisadores que atuam na construção de cidades mais inclusivas e funcionais, contribuindo para o avanço de políticas públicas intersetoriais alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Espera-se que este estudo estimule novas iniciativas e pesquisas voltadas à aplicação prática dessas diretrizes no contexto urbano brasileiro, ampliando o alcance de intervenções baseadas em evidências e comprometidas com a promoção da saúde, da equidade territorial e da sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70**,** 2011**.**

BARRETO, L.; PORTO, T. Mobilidade urbana, acessibilidade e segurança no trânsito para população idosa em Montes Claros – MG. **Revista Cerrados**, 2020**.** Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1383

BEZERRA, L. et al. Expansão urbana e mobilidade: estudo de caso em Patos. **Research, Society and Development**, 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei n. º 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Brasília: Diário Oficial da União**,** 2012**.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm

BRASIL. Presidência da República**. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Brasília: Diário Oficial da União**,** 2001**.**

CALLIL, V.; COSTANZO, D.; SHIRAISHI, J. Bike-sharing e desigualdades: os casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 685–706, maio/ago. 2024**.**

CAMPOS, J. C. B. et al. Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 97–115, jul./set. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ac/a/mY5QXQLGMYPRv7JSqp6MnbB/

CANALI, F. et al. Eixos de mobilidade urbana e a (re) configuração do uso do solo e da densidade urbana. **Arq.Urb**, v.31, 2021. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/520

CRUZ, S. S.; PAULINO, S. Formas de ensinar a partir da abordagem sobre sustentabilidade e mobilidade urbana. **SciELO Preprints**, 2021.

FARIA, G. G. de; TONETTI, E. L.; JORGE, F. V. Deslocamento não motorizado na área central de Paranaguá (PR) Brasil: uma contribuição à mobilidade na cidade. **Cidades Verdes**, v. 10, n. 26, 2022. ISSN 2317-8604.

FERREIRA, A. C. S.; SANTOS, M. A. A. Paisagismo e mobilidade ativa: caminhos para a sustentabilidade urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 421–440, 2020.

FLORINDO, A. A. et al. Como melhorar a mobilidade ativa em São Paulo, Brasil? Inquérito com lideraças de organizações não governamentais e com gestores públicos e privados. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 106–121, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2024.v40n5/e00117323/pt/

FRUEHAUF, F. et al. A relevância da infraestrutura verde na paisagem urbana: uma contribuição aos serviços ecossistêmicos. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 10, n. 28, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características dos deslocamentos pendulares e uso de transporte público.** Estudos e Pesquisas, 2020.

LEÃO, A. L. F. et al. Walkability variables: an empirical study in Rolândia – PR, Brazil. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 475–488, abr./jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ac/a/LLgrhFGHhwyMM3KF77zjy9r/

LEITE, C.; AWAD, J. C. M. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes.** Porto Alegre: Bookman, 2012. Disponível em: http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/cidadessustentaveis.pdf

LONDE, A.; MENDES, E. Qualidade ambiental das áreas verdes urbanas na promoção da saúde: o caso do Parque Municipal do Mocambo em Patos de Minas/MG. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, 2016.

MARCHIORO, M.; PETRY, C. Possibilidade de natureza no meio urbano através do paisagismo: áreas verdes em cidade de pequeno porte – Nova Araçá, Rio Grande do Sul. **Conjecturas**, v. 22, n. 8, 2022.

MARQUES, C. O potencial das avenidas de fundo de vale para receber a infraestrutura verde-azul. **Revista Labverde**, 2017. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/132769

MEYER, R.; LEITE, C. A cidade caminhável: planejamento urbano e desenho de espaços públicos para a mobilidade a pé. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 65–82, 2017.

MONTEIRO, A. C. B. et al. Infraestrutura verde e promoção da saúde: revisão integrativa da literatura. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 287–302, 2019.

OLIVEIRA, J. D. de; BIONDI, D.; REIS, A. R. N. dos. The role of urban green areas in noise pollution attenuation. **DYNA**, Medellín, v. 89, n. 220, p. 210–215, jan./mar. 2022**.**

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis.** 2015**.**

PAIVA, R. et al. Valor da preservação das áreas verdes urbanas: análise através do método de valoração contingente. **Diversitas Journal**, **2021**.

REYES RODRÍGUEZ, C. F. et al. Análisis de la temperatura superficial en las áreas verdes de la ciudad de Durango, Durango. **Revista Mexicana de Ciencias Forestales**, v. 15, n. 81, p. 83–109, 2024**.** Disponível em: https://cienciasforestales.inifap.gob.mx/index.php/forestales/article/view/1432

SILVA, I. M. dos S. et al. O uso de jardins verticais em fachadas nos grandes centros urbanos: impactos estéticos e climáticos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 103104–103112, nov. 2021**.**